

Relatório Anual 2009



Relatório Anual 2009

Comissão de Valores Mobiliários

www.cvm.gov.br

Idealização, Redação

Assessoria de Comunicação Social

asc@cvm.gov.br

Assessoria Econômica

ase@cvm.gov.br

Design

A.P.M. Lobo Comunicação Editorial Ltda

Impressão

Hansen Graphics Computação Gráfica Ltda

SEDE - Rio de Janeiro

Rua Sete de Setembro, 111

2°, 3°, 5°, 6° (parte), 23°, 26° ao 34° Andares - Centro

CEP - 20050-901

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Telefone: 55 21 3554-8686

CNPJ: 29.507.878/0001-08

Superintendência Regional de Brasília

SCN Quadra 02 - Bloco A

Ed. Corporate Financial Center

4° Andar - Módulo 404

CEP - 70712-900

Brasília - DF - Brasil

Telefones: 55 61 3327-2031 / 3327-2030

Fax: 55 61 3327-2040 / 3327-2034

CNPJ: 29.507.878/0003-61

Superintendência Regional de São Paulo

Rua Cincinato Braga, 340 - 2o, 3o e 4o andares

Edifício Delta Plaza

CEP - 01333-010

São Paulo - SP - Brasil

Telefone: 55 11 2146-2000

Fax: 55 11 2146-2097

CNPJ: 29.507.878/0002-80

Informações a investidores

0800-7225354

1	Apresentação	4
	4 Carta da Presidência	
2	A CVM	6
	6 Mandato Legal	
	7 Estrutura Organizacional	
	8 Colegiado e Superintendentes	
	9 Quadro Técnico	
3	Evolução do Mercado de Capitais	10
4	Regulação	14
5	Supervisão e Atividades de Registro	20
	21 Companhias Abertas	
	23 Fundos de Investimento e Administradores de Fundos e Carteiras	
	25 Intermediários e Mercados de Valores Mobiliários	
	27 Registro de Ofertas Públicas	
	30 Fiscalização Externa	
6	Atuação Sancionadora	32
7	Presença Internacional	36
	36 Cooperação Internacional	
	37 Participação na IOSCO	
	39 Participação em Outros Organismos e Fóruns Internacionais	
8	Proteção e Orientação ao Investidor	41
	41 Atendimento ao Público	
	43 Estratégia Nacional de Educação Financeira	
	44 Comitê Consultivo de Educação	
9	Dados Financeiros	45
	46 Balanço Financeiro	
	47 Balanço Patrimonial	
	48 Balanço Orçamentário	

Apresentação

Carta da Presidência

O ano de 2009 começou sob os efeitos da crise financeira global e das incertezas sobre a sua evolução. Felizmente, no Brasil, e particularmente no que refere ao mercado de capitais, alguns sinais de recuperação puderam ser sentidos ainda no primeiro semestre, graças aos bons fundamentos da economia e à forma como nossos mercados e instituições atravessaram e reagiram à crise.

Apesar do começo muito difícil, os dados do mercado de capitais ao final de 2009 traduzem uma recuperação acentuada. O Ibovespa terminou o ano em níveis próximos ao pico que atingiu antes da crise, em maio de 2008. Os volumes negociados no mercado secundário de ações também retornaram aos patamares pré-crise. O ingresso líquido de investimentos estrangeiros em carteira foi de mais de US\$ 27 bilhões, comparável ao fluxo positivo verificado em 2007. E os fundos de investimento registraram captação líquida recorde no ano, de cerca de R\$ 120 bilhões.

Embora num tom um pouco menos positivo, o volume de ofertas públicas de valores mobiliários somou cerca de R\$ 100 bilhões, próximo ao registrado em 2008, cujo primeiro semestre havia sido um período muito ativo.

Enquanto isso, a CVM seguiu trabalhando para aprimorar seus mecanismos de atuação como órgão regulador e fortalecer sua capacidade institucional para atuar na supervisão e no cumprimento dos mandatos legais.

Em 2009 foi implementado o Plano Bienal 2009-2010 de supervisão baseada em risco, o primeiro plano por meio do qual a CVM adotou tais diretrizes para priorizar suas atividades, com foco na prevenção e redução de riscos ao mercado e aos investidores. A implementação do plano tem sido um grande desafio, em especial por exigir que as áreas técnicas cumpram as metas de trabalho fixadas, cumuladas com o trabalho que já era rotineiramente executado, dispondo apenas dos mesmos recursos humanos que basicamente eram dedicados a atender demandas e problemas identificados.

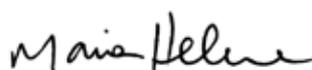
Felizmente, no final do ano, foi aprovada a Lei 12.201 que autorizou a criação de 165 novas vagas na CVM. O aumento do quadro de servidores da CVM, aliado a alguns investimentos na informatização de rotinas, deverá fortalecer sua capacidade de atuação. Esses reforços são extremamente necessários, e até urgentes, pois as tarefas e as exigências em relação ao desempenho do regulador do mercado brasileiro de capitais não param de crescer. O preenchimento dessas novas vagas depende ainda da autorização do Ministério do Planejamento para a realização do concurso público.

No que diz respeito à coordenação de esforços com outros reguladores ou agentes públicos, sempre visando a amplificar a capacidade de intervenção da CVM e racionalizar esforços, merece destaque uma iniciativa de alcance internacional. A CVM tornou-se signatária do Memorando Multilateral de Entendimentos da IOSCO, a Organização Internacional das Comissões de Valores Mobiliários. Esse acordo prevê assistência mútua e cooperação, inclusive para o amplo intercâmbio de informações relativas a investigações e processos, entre os seus mais de 60 reguladores signatários. Ser parte deste acordo deverá facilitar investigações da CVM que envolvam pessoas e instituições estabelecidas no exterior ou que tenham atuação internacional, realidade cada vez mais presente em nosso mercado.

O Brasil, assim como seu regulador de mercado, ganhou destaque internacional em 2009, por motivos que têm a ver com a crescente relevância do país e com a percepção extremamente positiva sobre o ambiente regulatório do mercado de capitais brasileiro. A CVM foi convidada a integrar o Comitê Técnico da IOSCO, órgão em que os reguladores dos mercados mais desenvolvidos e tradicionais fixam as políticas e padrões técnicos a serem recomendados aos mercados de todo o mundo. Além disso, com a admissão do Brasil como membro pleno do Financial Stability Board (FSB), a CVM passou a ocupar um assento naquele conselho. O FSB tem desempenhado relevante papel de coordenação dos esforços internacionais de reforma do sistema financeiro e de prevenção de novas crises.

Por fim, vale destacar que foram concluídos alguns processos muito relevantes no campo da regulação. A CVM adotou todos os Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo CPC em 2009, completando assim o processo de convergência das normas contábeis brasileiras às normas internacionais. Concluiu também o processo de reforma da Instrução CVM nº 202, de 1993, com a edição da Instrução CVM nº 480, que trata do registro de emissores e introduziu novos requisitos de informações a serem divulgadas ao mercado, aumentando bastante a transparência para os investidores. Essa reforma abrangeu, ainda, algumas melhorias nos mecanismos de oferta pública de ações.

2009 foi um ano muito produtivo, em que todos nesta autarquia trabalharam intensamente e merecem reconhecimento. Mas é preciso registrar um agradecimento especial ao Diretor Eliseu Martins, cujo mandato se encerrou em 31 de dezembro. O Professor Eliseu foi incansável e beneficiou a CVM e todos os que tivemos a oportunidade de trabalhar com ele neste período com seu vasto conhecimento, sua experiência, sabedoria e generosidade.



Maria Helena Santana
Presidente

A CVM

Mandato Legal

Eficiência e Funcionamento do Mercado

Assegurar o funcionamento eficiente dos mercados de bolsa e de balcão; a observância de práticas comerciais equitativas no mercado de valores mobiliários e das condições de utilização de crédito fixadas pelo Conselho Monetário Nacional (Lei nº 6.385/1976, art. 4º, incisos III, VII e VIII);

Desenvolvimento do Mercado

Favorecer a formação de poupança e a sua aplicação em valores mobiliários; promover a expansão e o funcionamento eficiente e regular do mercado de ações; e estimular aplicações permanentes em ações do capital social de companhias abertas sob controle de capitais privados nacionais (Lei nº 6.385/1976, art. 4º, incisos I e II);

Proteção dos Investidores

Proteger os titulares de valores mobiliários e os investidores de mercado contra emissões irregulares de valores mobiliários; atos ilegais de administradores e acionistas controladores das companhias abertas, ou de administradores de carteira de valores mobiliários; e o uso de informação relevante não divulgada no mercado de valores mobiliários. Evitar ou coibir modalidades de fraude ou manipulação destinadas a criar condições artificiais de demanda, oferta ou preço dos valores mobiliários negociados no mercado (Lei nº 6.385/1976, art. 4º, incisos IV e V);

Acesso à Informação Adequada

Assegurar o acesso do público a informações sobre os valores mobiliários negociados e as companhias que os tenham emitido, regulamentando a lei e administrando o sistema de registro de emissores, de distribuição e de agentes regulados (Lei nº 6.385/1976, art. 4º, inciso VI, e art. 8º, incisos I e II);

Fiscalização e Punição

Fiscalizar permanentemente as atividades e os serviços do mercado de valores mobiliários, bem como a veiculação de informações relativas ao mercado, às pessoas que dele participam e aos valores nele negociados, e impor penalidades aos infratores das Leis 6.404/1976 e 6.385/1976, das normas da própria CVM ou de leis especiais cujo cumprimento lhe incumba fiscalizar (Lei nº 6.385/1976, art. 8º, incisos III e V e art. 11).

Estrutura Organizacional





Foto: Marcos Arcoverde

- 1 Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana**
Presidente
Posse: 20.07.2007 / Término do mandato: 14.07.2012
- 2 Marcos Barbosa Pinto**
Diretor
Posse: 23.07.2007 / Término do mandato: 31.12.2010
- 3 Otávio Yasbek**
Diretor
Posse: 02.01.2009 / Término do mandato: 31.12.2013
- 4 Eliseu Martins**
Diretor
Posse: 28.10.2008 / Término do mandato: 31.12.2009
- 5 Eli Loria**
Diretor
Posse: 14.05.2007 / Término do mandato: 31.12.2011

- SGE** Roberto Tadeu Antunes Fernandes
Superintendência Geral
- ASC** Suzana Ferreira Liskauskas
Assessoria de Comunicação Social
- AUD** Reginaldo Pereira de Oliveira
Auditoria Interna
- CGP** Pablo Waldemar Renteria
Gabinete da Presidência
- OUV** Pablo Waldemar Renteria
Ouvidoria
- PFE** Alexandre Pinheiro dos Santos
Procuradoria Federal Especializada
- SAD** Hamilton Leal Braz
Superintendência Administrativo-Financeira
- SDM** Luciana Pires Dias
Superintendência de Desenvolvimento de Mercado
- SEP** Elizabeth Lopez Rios Machado
Superintendência de Relações com Empresas
- SFI** Mário Luiz Lemos
Superintendência de Fiscalização Externa
- SIN** Francisco José Bastos Santos
Superintendência de Relações com Investidores Institucionais
- SMI** Waldir de Jesus Nobre
Superintendência de Relações com o Mercado e Intermediários
- SNC** Antonio Carlos de Santana
Superintendência de Normas Contábeis e Auditoria
- SOI** José Alexandre Cavalcanti Vasco
Superintendência de Proteção e Orientação aos Investidores
- SPL** Leonardo José Mattos Sultani
Superintendência de Planejamento
- SPS** Fábio Eduardo Galvão Ferreira da Costa
Superintendência de Processos Sancionadores
- SRB** Lúcia Helena Amorim de Oliveira
Superintendência Regional de Brasília
- SRE** Felipe Claret da Mota
Superintendência de Registro de Valores Mobiliários
- SRI** Eduardo Manhães Ribeiro Gomes
Superintendência de Relações Internacionais
- SSI** Miguel Bahury
Superintendência de Informática

Quadro Técnico

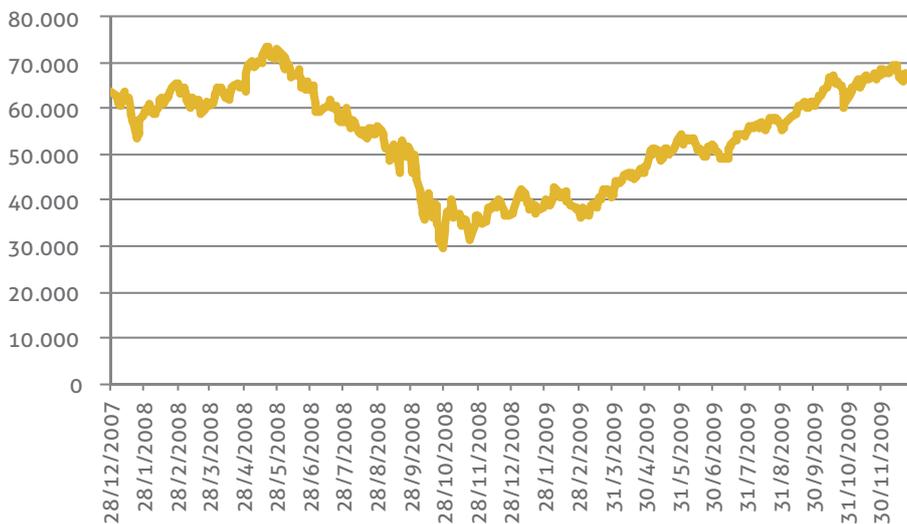
Quantitativo de Pessoal

Cargo	Dezembro 2009
Analistas	173
Agentes executivos	118
Auxiliares de serviços gerais	40
Inspetores	103
Procuradores da AGU lotados na Procuradoria Especializada	41
Ocupantes de cargo comissionado sem cargo efetivo na CVM	33
TOTAL	508

Evolução do Mercado de Capitais

O principal indicador do mercado acionário, Ibovespa, encerrou o ano em 68.588 pontos, recuperando-se das perdas verificadas no ano anterior. Após atingir 73.517 pontos em maio de 2008 – seu maior valor histórico, o índice caiu para o nível de 29.435 pontos em outubro, sob o peso dos acontecimentos que culminaram na crise financeira internacional.

Variação Ibovespa



Fonte: BM&F BOVESPA

No fechamento de 2009, o mercado acionário brasileiro apresentou expressiva valorização, tendo sido um dos primeiros entre os principais mercados do mundo a retornar a um índice similar ao anterior à crise: o Ibovespa, em US\$, subiu 144,92%, posicionando-se como o mercado que mais se valorizou entre os mercados considerados no quadro abaixo.

Comparativo índices selecionados - base em dólar

País	Índice	Variação em 2009 (%)
EUA	S&P 500 INDEX	23,45
EUA	NASDAQ COMPOSITE INDEX	43,89
México	MEXICO BOLSA INDEX	52,51
Brasil	BRAZIL BOVESPA STOCK IDX	144,92
Europa	DJ EURO STOXX 50 € Pr	24,42
Grã Bretanha	FTSE 100 INDEX	35,25
Rússia	RUSSIAN RTS INDEX \$	128,62
Hong Kong	HANG SENG INDEX	51,96
China	SHANGHAI SE COMPOSITE IX	79,94
Índia	BSE SENSEX 30 INDEX	89,39
Indonésia	JAKARTA COMPOSITE INDEX	117,16

Fonte: Bloomberg

Fluxo dos investimentos estrangeiros em carteira

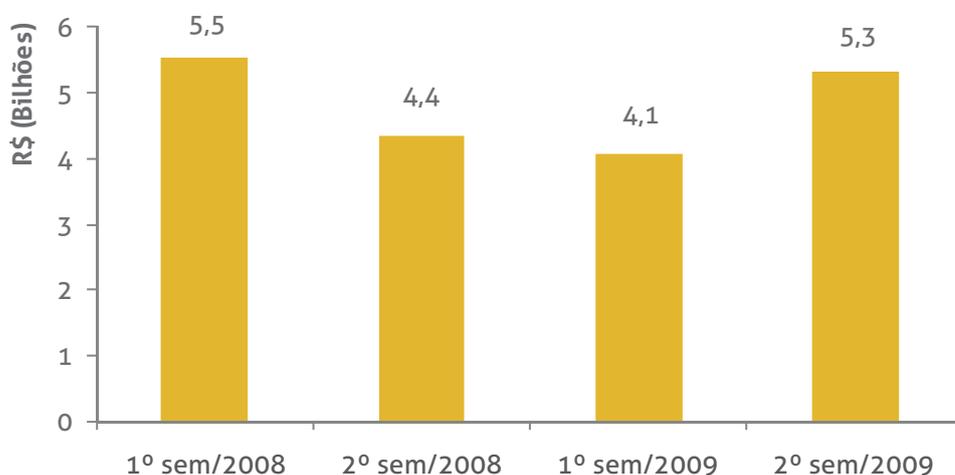
Ano	US\$ Milhões
2006	10.201
2007	33.878
2008	-546
2009	27.127

Fonte: CVM

Mesmo excluindo o efeito da valorização da moeda nacional no período, o Ibovespa encerrou o ano com variação de 83%, refletindo a crença dos investidores na solidez da economia brasileira. Por exemplo, a saída líquida de US\$ 546 milhões em 2008, verificada na conta investimentos estrangeiros em carteira, que inclui os investimentos em renda variável e em renda fixa, foi revertida em 2009, com entrada líquida de US\$ 27.127 milhões.

Quanto ao comportamento do mercado secundário de ações no que diz respeito ao volume médio negociado, este também foi afetado pela crise e a conseqüente desvalorização dos ativos. No entanto, no segundo semestre de 2009, já podia ser verificada a recuperação dos volumes anteriores, conforme o gráfico abaixo.

Média diária de negociação - ações



Fonte: BM&F Bovespa

No mercado de derivativos, de modo geral, pode-se afirmar que em decorrência dos impactos da crise financeira verificou-se decréscimo tanto nas negociações de contratos padronizados (negociados em bolsa) como de contratos não-padronizados (registrados em mercado de balcão organizado) ao longo do segundo semestre de 2008, com ligeira recuperação dos volumes com derivativos padronizados em 2009.

No segmento BM&F, no qual predominam as transações com instrumentos derivativos padronizados, a média diária de contratos negociados em 2008 registrou seu ponto máximo em março (2.170.341) e o mínimo em novembro (1.087.993). Em 2009, as médias foram crescentes até o pico de junho (1.878.663) e se mantiveram relativamente estáveis durante o segundo semestre (aproximadamente 1.500.000 contratos/dia). No segmento de derivativos de balcão da CETIP, que em termos de valor nocional detém aproximadamente 75% do mercado brasileiro de derivativos não-padronizados, foi observada uma queda de 30% no número de contratos registrados, de 264.233 em 2008 para 184.007 em 2009.

Tradicionalmente, no Brasil, as operações com derivativos cursadas em bolsa têm um peso muito maior que as operações em mercado de balcão organizado. Em 2009, essa tendência foi reforçada em função de diminuição dos riscos assumidos pelos agentes de mercado. Nesse contexto, os contratos em aberto de instrumentos derivativos padronizados registraram recuperação ao final de 2009, em relação ao ano anterior, enquanto que os contratos não-padronizados em aberto registraram queda.

Contratos em aberto ao final do período

Mercado		2008		2009	
		Número de contratos	Valor nocional (R\$ milhões)	Número de contratos	Valor nocional (R\$ milhões)
CETIP	(balcão organizado)	130.992	547.559	113.866	362.206
BM&F	Bolsa	15.585.461	2.031.918	23.318.460	4.134.349
	balcão organizado	2.575.652	116.901	2.422.152	132.829

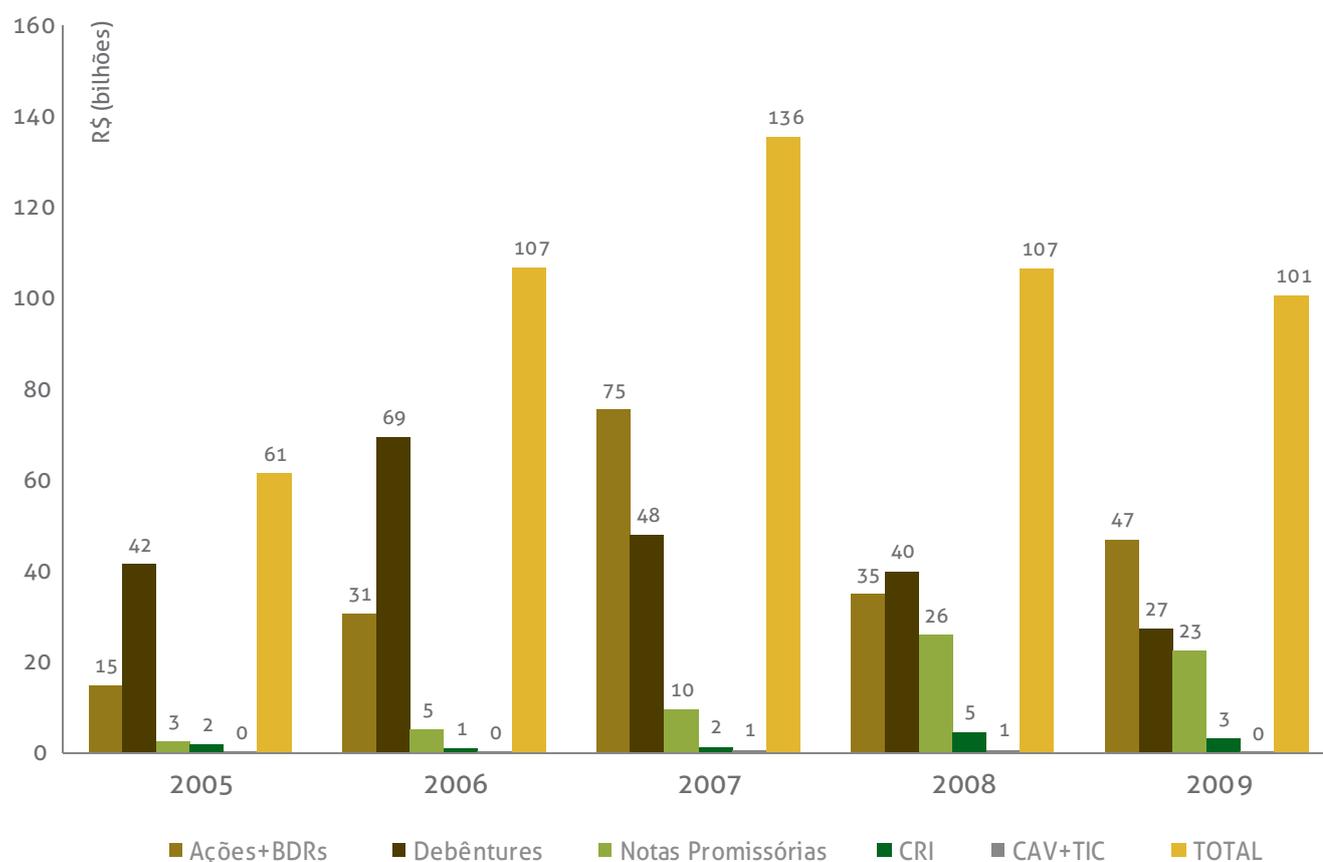
Fonte: BM&FBovespa e CETIP

Em relação à indústria de fundos, após sofrer um período de perda de recursos na ordem de R\$ 68 bilhões em 2008, ocasionado principalmente pela crise financeira e a concorrência de outros investimentos, particularmente CDBs, que tiveram uma campanha de captação agressiva por parte dos bancos, ao fim de 2009, registrou-se uma captação líquida recorde na história de R\$ 120 bilhões. Todos os meses do ano registraram captação líquida positiva, principalmente no segundo semestre.

No entanto, quanto às distribuições de títulos corporativos, o ano encerrou praticamente nos mesmos patamares do ano anterior, com redução expressiva do montante de distribuições de debêntures. Esse fato espelhou principalmente o nível de atividades do primeiro semestre, refletindo ainda a crise de liquidez (R\$ 33 bilhões em 2008 e R\$ 9 bilhões em 2009). No segundo semestre, o mercado modificou substancialmente (R\$ 7 bilhões em 2008 e R\$ 18 bilhões em 2009), porém não o suficiente para compensar o baixo volume da primeira metade do ano.

No que diz respeito às distribuições públicas de ações, após a redução do volume no primeiro semestre, na comparação com o do mesmo período do ano anterior, elas recuperaram-se fortemente no segundo semestre (R\$ 19 bilhões em 2008 e R\$ 36 bilhões em 2009), tendo inclusive o Brasil terminado o ano como o 3º maior mercado de IPOs por volume financeiro.

Distribuições: ofertas registradas + ofertas com dispensa de registro + ofertas com esforços restritos



Fonte: CVM

Regulação

Além da edição dos normativos decorrentes do processo de convergência do Brasil às normas contábeis internacionais, a atividade de regulamentação do mercado trouxe a edição de outros importantes normativos, dentre os quais a Instrução CVM nº 476/2009, que trata das ofertas públicas de valores mobiliários distribuídos com esforços restritos; a Instrução CVM nº 480/2009, que estabelece as regras de registro de emissores de valores mobiliários admitidos à negociação em mercados regulamentados; e a Instrução CVM nº 481/2009, que regulamenta os pedidos públicos de procuração para o exercício do direito de voto em assembleias de acionistas e das informações que as companhias devem fornecer aos acionistas antes destas assembleias.

A Instrução CVM nº 476/2009 foi editada com o objetivo de dar maior rapidez e facilitar o acesso de emissores ao mercado de capitais. Para isso, criou a possibilidade de dispensa de registro para as ofertas públicas de determinados valores mobiliários dirigidas a até 50 e adquiridas por, no máximo, 20 investidores qualificados, além da própria dispensa de registro do emissor junto à CVM. A Instrução possibilita ainda a negociação destes valores mobiliários nos mercados de balcão organizado e não-organizado.

Por sua vez, a Instrução CVM nº 480/2009 estabelece as regras de registro de emissores de valores mobiliários admitidos à negociação em mercados regulamentados, tendo substituído a Instrução CVM nº 202, entre outras. Esta Instrução cria categorias de emissores de acordo com os tipos de valores mobiliários admitidos à negociação, estabelecendo regimes de prestação de informações adequados a cada uma das categorias criadas, além de melhorar a qualidade e a apresentação das informações periódicas prestadas para facilitar o entendimento de tais informações por parte do investidor. A norma, de forma pioneira na regulamentação brasileira, torna possível emissores que atendam a certos pré-requisitos, que os classificam como emissores com grande exposição ao mercado (EGEMs), terem seus pedidos de registro de ofertas de distribuição aprovados em 5 dias.

Cabe destacar, ainda, que a Instrução adota um modelo em que as informações referentes ao emissor são reunidas em um único documento atualizado regularmente, o Formulário de Referência, criando uma fonte confiável e permanente de informações quantitativas e qualitativas a respeito do emissor, bem como facilitando a análise de tais informações, tanto pela CVM quanto pelos investidores. Este novo documento, que substituiu o IAN, aprimora a quantidade e qualidade das informações que são colocadas periodicamente à disposição dos investidores e do mercado, trazendo o padrão brasileiro a níveis muito próximos daqueles recomendados pela IOSCO.

A Instrução CVM nº 481/2009, por fim, regulamenta os pedidos públicos de procuração para o exercício do direito de voto em assembleias de acionistas e as informações que as companhias devem fornecer aos acionistas antes destas assembleias. Esta norma pretende permitir uma organização mais eficiente dos acionistas das grandes sociedades anônimas para participação em assembleias, notadamente as que possuem capital disperso, bem como aumenta a transparência do processo decisório das companhias.

No tocante às audiências públicas realizadas em 2009, merecem destaque as de números 01/09, resultando na edição da Instrução CVM nº 482/2010 (que alterou a Instrução CVM nº 400/2003, sobre as ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários nos mercados primário e secundário, visando compatibilizá-la com as modificações introduzidas pela Instrução CVM nº 480/2009); 04/09, que estabelece normas e procedimentos a serem observados nas operações realizadas com valores mobiliários em mercados regulamentados de valores mobiliários, revogando a Instrução CVM nº 387/2003; e 05/2009, que tratou de alterações à norma que regula os fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) e os fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios (FIC-FIDC), de modo a dar maior transparência às operações com as carteiras de direitos creditórios dos fundos, em especial às operações de recompra e substituição de créditos.

Normativos publicados pela CVM em 2009

Normativo	Assunto
Instrução 476 <i>de 16.01.2009</i>	Dispõe sobre as ofertas públicas de valores mobiliários distribuídas com esforços restritos e a negociação desses valores mobiliários nos mercados regulamentados.
Instrução 477 <i>de 28.01.2009</i>	Altera a Instrução 209/94, que dispõe sobre a constituição, o funcionamento e a administração dos Fundos Mútuos de Investimento em Empresas Emergentes.
Instrução 478 <i>de 11.09.2009</i>	Altera a Instrução 472/08, que dispõe sobre a constituição, a administração, o funcionamento, a oferta pública de distribuição de cotas e a divulgação de informações dos Fundos de Investimento Imobiliário - FII.
Instrução 479 <i>de 07.12.2009</i>	Altera a Instrução 422/05, que dispõe acerca da emissão de Nota Comercial do Agronegócio para distribuição pública e dos registros de oferta pública de distribuição e de emissora desse valor mobiliário.
Instrução 480 <i>de 07.12.2009</i>	Dispõe sobre o registro de emissores de valores mobiliários admitidos à negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários.
Instrução 481 <i>de 17.12.2009</i>	Dispõe sobre informações e pedidos públicos de procuração para exercício do direito de voto em assembléias de acionistas.
Deliberação 568 <i>de 11.02.2009</i>	Altera a Deliberação 521/07, que disciplina, no âmbito da Comissão de Valores Mobiliários, o Sistema de Supervisão Baseada em Risco do mercado de valores mobiliários - SBR.
Deliberação 602 <i>de 14.10.2009</i>	Revoga as Deliberações 49/87; 73/89; 136/91; 140/91; 182/95; e 459/03.

Outras Orientações em 2009

Outras Orientações	Assunto
Decisão-Conjunta do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários nº 17 <i>de 02.03.2009</i>	Autoriza as sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários a operar diretamente nos ambientes e sistemas de negociação dos mercados organizados de bolsa de valores.
Comunicado ao Mercado <i>de 21.07.2009</i>	Dispõe sobre o entendimento da CVM sobre créditos de carbono e produtos que deles derivam.
Parecer de Orientação CVM nº 36	Dispõe sobre o entendimento da CVM a respeito das disposições estatutárias que impõem ônus a acionistas que votarem favoravelmente à supressão de cláusula de proteção à dispersão acionária.

Audiência	Assunto	Resultado
Edital de Audiência Pública nº 01/2009	Minuta que altera a instrução que dispõe sobre as ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários nos mercados primário e secundário (Instrução CVM nº 400/03)	As sugestões recebidas foram analisadas e resultaram na edição da Instrução 482/10.
Edital de Audiência Pública nº 02/2009	Minuta de instrução sobre informações e pedidos públicos de procuração para exercício do direito de voto em assembléias de acionistas	As sugestões recebidas foram analisadas e resultaram na edição da Instrução 481/09.
Edital de Audiência Pública nº 03/2009	Minuta de parecer de orientação sobre disposições estatutárias que impõem ônus a acionistas que votarem favoravelmente à supressão de cláusula de proteção à dispersão acionária	As sugestões recebidas foram analisadas e resultaram na edição do Parecer de Orientação CVM nº 36/09.
Edital de Audiência Pública nº 04/2009	Minuta que estabelece normas e procedimentos a serem observados nas operações realizadas com valores mobiliários em mercados regulamentados de valores mobiliários (revogará as Instruções CVM nº 122/90 e 387/03)	As sugestões recebidas estão em fase de análise
Edital de Audiência Pública nº 05/2009	Minuta que altera a Instrução CVM 356/01, que regulamenta a constituição e o funcionamento de fundos de investimento em direitos creditórios - FIDC e de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios - FIC-FIDC	As sugestões recebidas estão em fase de análise
Edital de Audiência Pública nº 06/2009	Minuta de Instrução que altera a Instrução CVM nº 472/08, que dispõe sobre a constituição, a administração, o funcionamento, a oferta pública de distribuição de cotas e a divulgação de informações dos Fundos de Investimento Imobiliário – FII	As sugestões recebidas foram analisadas e resultaram na edição da Instrução CVM nº 478/09.

Outro grande desafio enfrentado pela CVM no campo regulatório esteve relacionado à continuidade do processo de convergência, com as normas contábeis internacionais, de toda a regulação contábil emitida pela Autarquia para as companhias abertas.

O ano de 2009 se encerrou com a emissão de 36 atos normativos aprovando pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, do qual a CVM participa, regularmente, como observadora. Com esse conjunto de normas, acrescido dos 18 atos emitidos em 2008, considera-se concluído o processo de convergência das normas brasileiras às normas internacionais de contabilidade.

Normas contábeis emitidas em 2009

Norma CPC	Descrição	Norma IFRS	Deliberação CVM
CPC 15	Combinação de Negócios	IFRS 3	580/09
CPC 16	Estoques	IAS 2	575/09
CPC 17	Contratos de Construção	IAS 11	576/09
CPC 180	Investimento em Coligada e Controlada	IAS 28	605/09
CPC 19	Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto	IAS 31	606/09
CPC 20	Custos de Empréstimos	IAS 23	577/09
CPC 21	Demonstração Intermediária	IAS 34	581/09
CPC 22	Informação por Segmento	IFRS 8	582/09
CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	IAS 8	592/09
CPC 24	Evento Subsequente	IAS 10	593/09
CPC 25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	IAS 37	594/09

Norma CPC	Descrição	Norma IFRS	Deliberação CVM
CPC 26	Apresentação das Demonstrações Contábeis	IAS 1	595/09
CPC 27	Ativo Imobilizado	IAS 16	583/09
CPC 28	Propriedade para Investimento	IAS 40	584/09
CPC 29	Ativo Biológico e Produto Agrícola	IAS 41	596/09
CPC 30	Receitas	IAS 18	597/09
CPC 31	Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada	IFRS 5	598/09
CPC 32	Tributos sobre o Lucro	IAS 12	599/09
CPC 33	Benefícios a Empregados	IAS 19	600/09
CPC 35	Demonstrações Separadas	IAS 27	607/09
CPC 36	Demonstrações Consolidadas	IAS 27	608/09
CPC 37	Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	IFRS 1	609/09
CPC 38	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração	IAS 39	604/09
CPC 39	Instrumentos Financeiros: Apresentação	IAS 32	604/09
CPC 40	Instrumentos Financeiros: Evidenciação	IFRS 7	604/09
CPC 43	Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40	IFRS 1	610/09
ICPC 01	Contratos de Concessão	IFRIC 12	611/09
ICPC 02	Contratos de Construção do Setor Imobiliário	IFRIC 15	612/09
ICPC 03	Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil	IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27	613/09
ICPC 04	Alcance do Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações	IFRIC 8	614/09
ICPC 05	Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações – Transações de Ações do Grupo e em Tesouraria	IFRIC 11	615/09
ICPC 06	Hedge de Investimento Líquido em Operação no Exterior	IFRIC 16	616/09
ICPC 07	Distribuição de Lucros in Natura	IFRIC 17	617/09
ICPC 08	Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos	-	601/09
ICPC 09	Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial	IAS 38, IFRS 3, IAS 28, IAS 31, IAS 27, IAS 39	618/09
ICPC 10	Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43	IAS 16, IAS 40 e IFRS 1	619/09
ICPC 11	Recebimento em Transferência de Ativos de Clientes	IFRIC 18	620/09
ICPC 12	Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares	IFRIC 1	621/09

Supervisão e Atividades de Registro

Em 2009 foi implementado, pela CVM, o primeiro plano bienal de supervisão baseada em risco (Plano Bienal 2009-2010), abrangendo três conjuntos de supervisionados sob a jurisdição da Autarquia: companhias, fundos de investimento e mercados de valores mobiliários, bem como os intermediários que neles atuam.

A definição de risco, segundo a Deliberação CVM nº 521, que disciplina esse modelo, é a ocorrência de eventos que possam afetar a implementação dos mandatos legais da CVM. O Plano Bienal estabeleceu, para cada evento de risco identificado, as prioridades de regulação e de fiscalização, detalhadas em ações específicas no sentido de mitigar o risco identificado.

Incorporando as atividades diárias de supervisão da CVM no modelo, para o Plano Bienal 2009-2010 foram avaliadas as características dos jurisdicionados (dentro de cada um dos três conjuntos de supervisionados citados anteriormente), no sentido de classificá-los, para cada evento de risco, em grupos quanto ao grau de intensidade de supervisão. Os grupos considerados prioritários (jurisdicionados que possuem maior probabilidade de darem causa ao evento de risco específico, bem como provocarem dano maior, caso o evento ocorra) estiveram sujeitos a uma supervisão intensiva durante o ano.

Ao total, para as companhias abertas foram identificados 4 eventos de riscos, bem como as ações e as prioridades de supervisão em relação a estes riscos; para os fundos de investimento, 8 eventos de risco; e para mercado de valores e seus intermediários, 6.

Quanto ao registro de participantes do mercado junto à CVM, verificou-se incremento da atividade em relação ao ano de 2008 em diversas categorias de jurisdicionados, conforme a tabela abaixo.

Categorias de jurisdicionados que apresentaram crescimento em 2009

Assunto	Ativos em 2008	Credenciados	Cancelados	Ativos em 2009
Administradores de carteira	1859	336	51	2144
Consultores	240	80	16	304
Analistas	944	152	40	1056
Investidores não residentes	13378	2495	1232	14641

Fonte: CVM

Companhias Abertas

No final de 2009, o número de companhias com registro ativo na CVM totalizava 898 companhias, 62 a menos que em 2008.

Quantidade de companhias

Companhias	2008		2009	
	Registros Ativos	Registros Suspensos	Registros Ativos	Registros Suspensos
Abertas	679	46	660	48
Estrangeiras	9	0	10	0
Incentivadas	271	804	227	834
Estrangeiras em regime especial	1	0	1	0

Fonte: CVM

A queda deveu-se, em parte ao fato dos novos registros terem permanecido inferiores à quantidade de cancelamentos, refletindo ainda os efeitos da crise financeira internacional. Outro fator que influenciou esse resultado foi o elevado número de suspensões de registros das companhias incentivadas.

Atividades de registro

Companhias	2008			2009		
	Concedidos	Cancelados	Suspensos	Concedidos	Cancelados	Suspensos
Abertas	43	52	5	23	40	2
Estrangeiras	0	0	0	1	0	0
Incentivadas	11	299	0	13	27	51
Estrangeiras em regime especial	0	0	0	0	0	0

Fonte: CVM

Em relação ao acompanhamento das companhias registradas, parte substancial das atividades passou a ser organizada conforme os focos e metas fixadas no Plano Bienal 2009-2010.

Adicionalmente, a CVM passou a utilizar um novo sistema de acompanhamento de empresas, baseado em tecnologia de Business Intelligence – BI, que tornou mais ágil a supervisão, a utilização de forma integrada dos diferentes sistemas utilizados pelos analistas, e a geração, de forma flexível, de relatórios de análise.

Exemplos das atividades realizadas:

- Análise das Demonstrações Financeiras relativas a 31/12/2008. O acompanhamento do processo de adaptação das companhias às alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 nas normas e práticas contábeis brasileiras foi uma das prioridades de supervisão estabelecidas no Plano Bienal. O exame tomou como base um roteiro de análise de demonstrações financeiras, especialmente elaborado para focar a nova regulamentação contábil, inclusive os Pronunciamentos do CPC editados até dezembro de 2008 e acolhidos pela CVM.
- Supervisão temática para verificação do atendimento às disposições da Instrução CVM nº. 475, que dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros derivativos em nota explicativa às informações trimestrais – ITR e apresentação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, em uma amostra de 262 companhias, tendo sido a análise de 150 delas iniciadas ainda em 2008.
- Supervisão da divulgação de atos e fatos relevantes e dos editais de convocação de assembléia geral e de atas de deliberação de assembleia, do conselho de administração e da diretoria. Neste ponto, as irregularidades identificadas com mais frequência foram: (a) declarações de administrador, na imprensa, sobre atos ou fatos potencialmente relevantes; (b) divulgação de informações sobre projeções, sem publicação de fato relevante e sem atualização do Formulário de Informações Anuais - IAN; (c) especulação na imprensa sobre possíveis aquisições de empresas; e (d) divulgação de Fato Relevante com informações incompletas.

Além dos casos que implicaram em processos administrativos e na emissão de ofícios de alerta, a supervisão resultou na complementação, pelas companhias, das informações fornecidas de maneira incompleta por meio de envio de documentos no Sistema de Envio de Informações Periódicas e Eventuais - IPE ou pela atualização do Formulário IAN.

- Análise de operações envolvendo reorganizações societárias (cisão, fusão e incorporação), que implicaram no cancelamento de registro ou na necessidade de registro de companhia, ou ainda que tiveram repercussão no mercado. Conforme previsto no Plano Bienal, foi dada prioridade para as operações entre controladoras e controladas, que representaram 50% das 131 operações anunciadas, nas quais foi verificado, entre outros aspectos, o cumprimento dos deveres legais dos administradores das companhias envolvidas. A Autarquia emitiu, no exercício de 2009, muitas cominatórias a 766 companhias abertas que atrasaram ou não entregaram as informações periódicas previstas na Instrução CVM nº 202/1993, revogada pela Instrução nº 480/2009. A atuação da CVM nessa área tem se mostrado positiva, na medida em que houve redução no atraso na prestação de informações periódicas.

Fundos de Investimento e Administradores de Fundos e Carteiras

Foram concedidos 336 novos registros de administradores de carteira de valores mobiliários em 2009, atingindo o total de 2144 ao final do ano. Este número representa um incremento de 15% em relação ao ano anterior.

Em relação aos fundos de investimento, a CVM registrou 1553 novos fundos regulados pela Instrução CVM nº 409 e cancelou 1179, com variação líquida positiva de 4,4% no ano. Ao final do período, o setor contava com 8796 fundos.

No caso dos fundos estruturados (FIDC, FICFIDC, FIDC NP, FIP, FICFIP, FMIEE, FII, FUNCINE), foram concedidos 194 registros no ano e cancelados 60, o que resultou num crescimento de 32% sobre a quantidade total de fundos estruturados em 2008.

Fundos de Investimento - registros

Fundo	2008	2009		
		Concedidos	Cancelados	Final
Fundos 409	8422	1553	1179	8796
FIDC	230	72	34	268
FICFIDC	8	2	1	9
FIDC NP	48	18	4	62
FIP	203	70	15	258
FICFIP	5	11	0	16
FMIEE	28	1	0	29
FII	80	15	5	90
FUNCINE	7	5	1	11

Fonte: CVM

A adoção da supervisão baseada em risco conferiu uma nova dinâmica aos procedimentos na área de Fundos, o que resultou em um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis.

Foram analisados ao longo do ano mais de 500 processos ligados à supervisão dos fundos de investimento. Destes, mais de uma centena estavam ligados às atividades de monitoramento dos eventos de risco previstos no Plano Bienal, incluindo o acompanhamento da liquidez dos fundos de investimento e o monitoramento do nível de alavancagem dos fundos de perfil mais agressivo.

Sobre a supervisão de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), vale destacar os trabalhos realizados no âmbito das supervisões temáticas relativas às provisões de direitos creditórios de liquidação duvidosa e recompra de direitos creditórios, que resultaram no Ofício-Circular/CVM/SIN/SNC/nº 3/2009 e no Edital de Audiência Pública nº 5/2009.

No âmbito da supervisão eletrônica, foram enviados quase 11 mil e-mails de alerta aos administradores de fundos e mais de 480 mensagens eletrônicas, solicitando esclarecimentos ou correções nos documentos periódicos.

A respeito da supervisão de administradores de fundos e de carteiras de valores mobiliários, foi desenvolvido um roteiro de inspeção que privilegia questões como gerenciamento de riscos, conflitos de interesse e cumprimento das normas aplicáveis, havendo inspeções de rotinas em andamento e concluídas. Adicionalmente, foram emitidos ofícios de alerta e instaurados processos sancionadores como resultado de análises de inspeções realizadas em 2009.

Intermediários e Mercados de Valores Mobiliários

O número de registros de intermediários e de outros prestadores de serviços decresceu no ano, enquanto que o número de pedidos de registro de agentes autônomos de investimento continuou crescente.

Atividades de registro

Registros	2008			2009		
	Concedidos	Cancelados	Indeferidos	Concedidos	Cancelados	Indeferidos
Agentes autônomos de investimento	1591	40	8	1805	134	30
Intermediários e bolsas	40	12	0	16	17	0
Prestadores de serviços de ações escriturais, de custódia de valores mobiliários e agentes emissores de certificados	11	2	0	4	9	0
TOTAL	1642	54	8	1825	160	30

Fonte: CVM

Merece destaque a demanda pela instalação, em instituições integrantes do sistema de distribuição no Brasil, de telas de acesso à negociação em bolsas estrangeiras. Em 2009, foram concedidas autorizações para três bolsas estrangeiras oferecerem seus produtos no país, elevando para cinco o número total de bolsas estrangeiras autorizadas – Chicago Mercantile Exchange, Board of Trade of the City of Chicago, ICE Futures U.S., New York Mercantile Exchange e Commodity Exchange.

Em relação à supervisão, além das atividades de acompanhamento direto do mercado, o Plano Bial 2009-2010 reforçou a supervisão, pela CVM, da atuação dos órgãos de autorregulação das entidades administradoras dos mercados organizados de valores mobiliários e de seus intermediários quanto ao cumprimento das principais atribuições determinadas a eles pela Instrução CVM nº 461/2007.

Nos mercados de Bolsa, a BM&FBovespa conta com uma entidade especificamente constituída para exercer a atividade de autorregulação, a BM&FBovespa Supervisão de Mercado (BSM). Em 2009, a CVM trabalhou junto à BSM, para mitigar os principais eventos de risco previstos no Plano Bial, e dando especial atenção às auditorias realizadas pelos autorreguladores nos intermediários e à condução dos processos sancionadores deles resultantes.

No que se refere aos mercados de balcão organizado, a Autarquia trabalhou em conjunto com o Departamento de Autorregulação da CETIP (DAR). O foco foi a implementação da nova sistemática de registro de operações com derivativos no mercado de balcão, como parte dos procedimentos necessários para cumprir a Instrução CVM n.º 467/2008, que dispõe sobre a aprovação de contratos derivativos admitidos à negociação ou registrados nos mercados organizados de valores mobiliários.

Em relação ao acompanhamento direto das operações nos mercados à vista e de derivativos, a CVM procurou detectar e apurar desvios que pudessem estar relacionados à realização dos principais tipos de operações irregulares.

Registro de Ofertas Públicas

Ao comparar as ofertas registradas de ações e certificados de depósito de ações, verifica-se expressivo crescimento do volume financeiro em relação ao de 2008 (35%). Esse resultado foi impulsionado em grande parte pelas ofertas da Visanet (atual Cielo) e do Banco Santander, que ocorreram respectivamente em junho e em outubro. As duas ofertas somadas representaram aproximadamente a metade do total dos R\$ 47 bilhões captados no ano, tendo a oferta de ações da Visanet atingido R\$ 8,397 bilhões e a oferta de Certificado de Depósito de Ações (Units) do Santander, o valor de R\$ 14,100 bilhões.

Por sua vez, o registro de ofertas de títulos de dívida (debêntures e notas promissórias) na CVM apresentou redução significativa, fato em parte explicado pela ampla utilização pelos emissores da Instrução CVM nº 476 e em parte explicado pelos fracos resultados obtidos no primeiro semestre, em função dos efeitos da crise financeira mundial.

Distribuições primárias e secundárias registradas na CVM

Valor Mobiliário	2008		2009	
	Nº de registros *	Volume (R\$ milhões)	Nº de registros *	Volume (R\$ milhões)
Ações	13	34.004	28	32.280
Certificado de Depósito de Ações	2	875	2	14.850
Debêntures	25	37.459	20	11.080
Notas Promissórias	44	25.908	35	9.511
Certificado de Recebíveis Imobiliários	28	831	36	1.224
Certificado Audiovisual	115	110	95	124
Título de Investimento Coletivo	3	713	0	0
Quotas de FIDC / FIC-FIDC / FIDC-NP	72	10.021	32	8.213
Quotas de FIP / FIC-FIP	72	20.050	22	7.257
Quotas de FUNCINE	3	130	5	190
Quotas de Fundo Imobiliário	23	561	23	2.878
TOTAL	400	130.662	298	87.607

Fonte: CVM

* Uma distribuição mista gera 2 registros, uma primária e outra secundária

A Instrução CVM nº 476, editada em janeiro de 2009, dispensa o registro na CVM quando a oferta pública é realizada com esforços restritos, dirigida a limitado número de investidores qualificados e sem a utilização de serviços públicos de comunicação ou de estabelecimentos abertos ao público. Assim, o ano de 2009 foi o primeiro ano da implementação dessa importante instrução, que buscou agilizar e ampliar as ofertas de notas comerciais; cédulas de crédito bancário que não sejam de responsabilidade de instituição financeira; debêntures não-conversíveis ou não permutáveis por ações; cotas de fundos de investimento fechados; e certificado de recebíveis imobiliários ou do agronegócio.

Nesse primeiro ano, o montante total de distribuições de debêntures, notas promissórias e CRIs efetuadas por esta forma de colocação atingiu valores notáveis, próximos aos valores das distribuições com registro na CVM.

Ofertas com esforços restritos encerradas em 2009

Valor Mobiliário	Nº de registros	Volume (R\$ milhões)
Debêntures	31	11.568
Notas Promissórias	36	7.412
Certificados de Recebíveis Imobiliários	24	816
Quotas de FII	1	33
Quotas de FIP	8	862
Quotas de FIDC	3	120
TOTAL	103	20.812

Fonte: CVM

Destaca-se que apesar da instrução permitir a utilização da instrução inclusive por emissores não registrados, a maior parcela do volume financeiro foi captada por emissores já registrados na Autarquia. Não é possível ainda avaliar se esse fato deve-se à preferência dos investidores por valores mobiliários de emissores registrados, em função das normas de transparência que esses emissores devem observar, ou deve-se ao desconhecimento por parte de emissores não registrados, decorrente do fato da norma ser recente.

A regulamentação também prevê que a CVM possa dispensar de registro ofertas em circunstâncias, tais como ofertas (i) de lote único e indivisível de valores mobiliários (art. 5º, II, da Instrução CVM 400), (ii) de valores mobiliários emitidos por microempresas ou empresas de pequeno porte (art. 5º, III, da Instrução CVM 400), e de cotas de FIDC abertos que observem o art. 21 da Instrução CVM 356. O total de dispensas concedido em 2009 reduziu-se em 61%, de aproximadamente R\$ 13,811 bilhões para R\$ 5,448 bilhões.

Ofertas com dispensa de registro

Valor Mobiliário	2008		2009	
	Nº de dispensas	Volume (R\$ milhões)	Nº de dispensas	Volume (R\$ milhões)
Ações	2	3	0	0
Debêntures	11	2.590	4	1.150
Notas Promissórias	1	100	1	400
Certificado de Recebíveis Imobiliários	44	3.979	18	1.054
Quotas de FIDC / FIC-FIDC / FIDC-NP	68	2.859	33	1.224
Quotas de FIP / FIC-FIP	35	4.189	9	1.032
Quotas de FMIEE	1	35	1	20
Quotas de Fundo Imobiliário	3	56	11	568
TOTAL	165	13.811	77	5.448

Fonte: CVM

No âmbito do convênio entre a CVM e a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), no exercício de 2009, a Anbima promoveu a análise prévia de 43 ofertas de emissores já registrados na CVM, com valor total aproximado de R\$ 32,2 bilhões, compreendendo 17 emissões de debêntures, 24 de ações e 02 de notas promissórias.

Por meio desse convênio, celebrado em 20 de agosto de 2008 e que permite a redução do prazo de análise dos pedidos de registro, a Anbima analisa os pedidos de registro de distribuição pública em relação aos valores mobiliários abrangidos pelo convênio, bem como os pedidos de dispensa de registro e de dispensa de requisitos relativos aos processos em análise, e submete tais pedidos e todos os documentos que os instruem ao exame da CVM, acompanhados de relatórios técnicos, contendo sua recomendação quanto ao registro.

Em relação aos registros de ofertas públicas de aquisição de ações (OPAs), houve uma redução, de 21, em 2008, para 17, em 2009. Observou-se a diminuição no número de OPAs para cancelamento de registro de companhia aberta, de 10 em 2008 para 5 em 2009, e o aumento de OPAs por alienação de controle, de 8 para 11.

Fiscalização Externa

No âmbito dos trabalhos desenvolvidos pela fiscalização externa foram efetuadas inspeções em 251 jurisdicionados, conforme mostra a tabela a seguir. Deste total, destacam-se 105 inspeções realizadas em escritórios de agentes autônomos de investimento, 61 em fundos de investimento e respectivos administradores/gestores e 39 em entidades integrantes do sistema de distribuição (corretoras e distribuidoras).

Distribuição das inspeções diretas em 2009

Inspecionados	Quantidade	Participação (%)
Corretora de valores mobiliários	35	13,94
Distribuidora de valores mobiliários	4	1,59
Administrador /gestor de carteira	17	6,77
Custodiante de títulos e valores mobiliários	1	0,40
Auditor independente	6	2,39
Companhia aberta	3	1,20
Fundo de investimento	44	17,53
Banco de investimento/múltiplo/comercial não enquadrado nos demais itens	7	2,79
Clube de investimento	1	0,40
Agente autônomo de investimento	105	41,83
Pessoa não autorizada a intermediar valores mobiliários	13	5,18
Pessoa não autorizada a administrar carteira, a prestar consultoria e a emitir valores mobiliários	10	3,99
Outros	5	1,99
TOTAL	251	100,00

Fonte: CVM

Em 2009, os trabalhos se concentraram na verificação do cumprimento das normas de agentes autônomos de investimento e em fundos de investimento que, a exemplo dos anos anteriores, foram contemplados com um grande número de inspeções por representarem a maior parcela do universo fiscalizável diretamente pela CVM.

Dos 44 fundos inspecionados, 32 estavam inseridos no programa de inspeções de rotina previsto no Plano Bienal, e os demais receberam ações de fiscalização direta motivada por demandas pontuais para verificação do cumprimento de normas legais e de seus regulamentos.

Para o atendimento do Plano Bienal 2009-2010, foram planejadas inspeções de rotina em fundos de investimento e em administradores/gestores, com a finalidade de atingir aproximadamente 86% dos cotistas de fundos regulados pela Instrução CVM nº 409, de acordo com a amostra selecionada na data-base de 31.03.2009. Adicionalmente, no tocante aos fundos estruturados foram selecionados dois grandes administradores para fiscalização de rotina, bem como fundos por eles administrados com expressivo número de cotistas.

Neste primeiro ano das inspeções de rotina do Plano Bienal, podemos destacar que foram focados o planejamento das inspeções, o treinamento dos inspetores que irão executá-las e o teste de aderência dos roteiros, tanto dos fundos de investimento (sejam eles regulados pela Instrução CVM nº 409 ou estruturados) como dos seus respectivos administradores/gestores.

Objetivos das inspeções em 2009

Objetivo da inspeção	Quantidade
Verificação da ocorrência de práticas não equitativas, fraudes, manipulação e criação de condições artificiais de oferta e demanda	6
Cumprimento das normas operacionais e administrativas por fundo de investimento	9
Cumprimento das normas operacionais e administrativas por custodiante/depositário/prestador de serviço de valores mobiliários escriturais	1
Cumprimento das normas de combate à lavagem de dinheiro (Instrução CVM nº 301)	16
Cumprimento das normas de administração de carteira	18
Adequação das demonstrações financeiras e ITRs de companhia aberta	1
Exercício abusivo de poder pelo acionista controlador	1
Conduta irregular de administrador de companhia aberta	2
Adequação dos procedimentos de auditoria	5
Intermediação de valores mobiliários por pessoa não autorizada	15
Administração de carteira/de fundo/de clube de investimento ou imobiliário por pessoa não autorizada	5
Consultoria de valores por pessoa não autorizada	1
Emissão e/ou colocação pública de valores mobiliários sem registro na CVM	7
Cumprimento das normas por agentes autônomos de investimento	107
Inspeção de rotina em fundos de investimento regulados pela Instrução CVM nº 409	30
Inspeção de rotina em administradores/gestores de carteira*	2
Inspeção de rotina em fundos de investimento estruturados	2
Cumprimento das normas e procedimentos em operações com valores mobiliários em mercados de bolsa	9
Outros	23
TOTAL	260

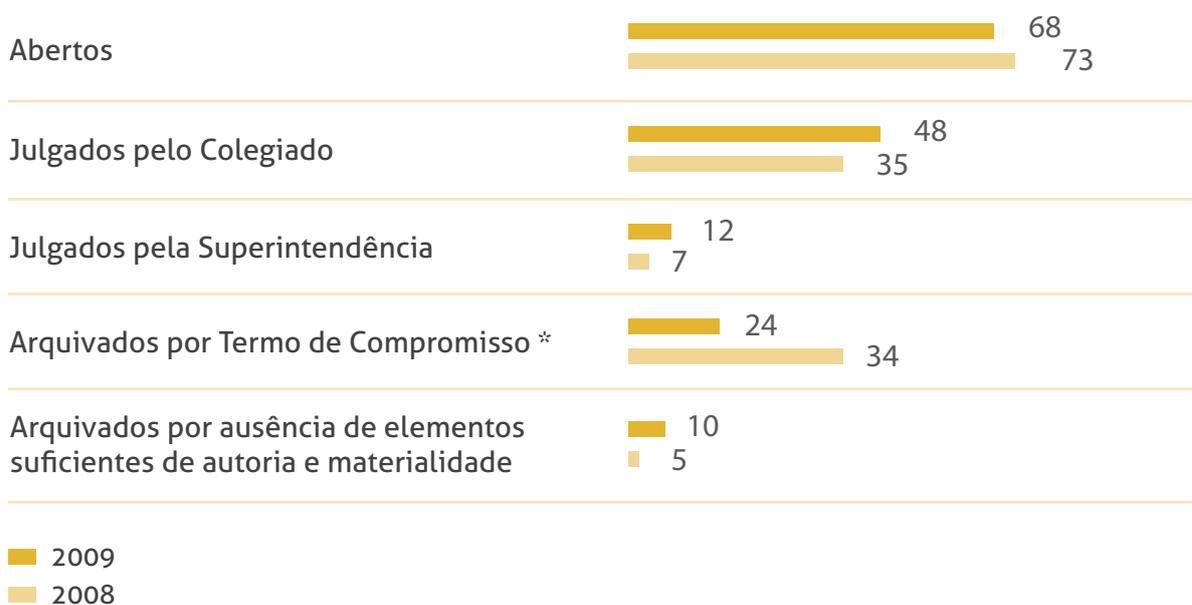
Fonte: CVM

* Em 2009 foi escolhido, para teste de aderência dos roteiros, um administrador/gestor de fundos regulados pela Instrução CVM nº 409. Em 31.03.2009, os cotistas dos fundos sob a sua administração correspondiam a aproximadamente 16% do total de cotistas deste segmento da indústria. Também foi contemplado, para fundos estruturados, um administrador de grande porte.

Atuação Sancionadora

Durante o ano, a CVM expediu 633 intimações a pessoas investigadas, tendo sido realizados 235 depoimentos. Foram abertos 68 processos sancionadores, montante similar ao do ano anterior, e julgados 60 processos, o que significou um aumento de, aproximadamente, 43% em relação ao número de julgamentos realizados em 2008.

Processos Sancionadores



Fonte: CVM

* Um único processo sancionador pode gerar mais de um termo de compromisso. Além dos processos sancionadores arquivados, também foram arquivados 13 processos pré-sancionadores em 2008 e 6 em 2009 por termo de compromisso

A análise dos julgamentos realizados em 2009 revela que houve um aumento das sanções aplicadas pela CVM, quando comparadas àquelas impostas em 2008. O número de multas cresceu de 132 para 148, tendo sido aplicadas a 115 acusados e totalizado R\$ 58 milhões.

Julgamentos realizados por resultados (número de acusados)

Punição Aplicada	2008	2009
Advertências	17	19
Multas	96	115
Suspensões	2	0
Inabilitações	7	1
Cassações	0	0
Proibições	0	0
Absolvições	2008	2009
Absolvições	150	69

Fonte: CVM

Vale destacar, ainda, a importante redução no número de absolvições nos julgamentos realizados pelo Colegiado em 2009, indicando o aprimoramento da qualidade das acusações formuladas pelas áreas.

Quanto ao tipo de infração, no caso dos processos sancionadores que demandaram investigação por parte da Superintendência de Processos Sancionadores (SPS), o número de casos em que houve acusação de uso de informação privilegiada aumentou de 3 em 2008 para 22 em 2009. Em seguida, as infrações por operação fraudulenta cresceram de 12 para 18 casos.

Acusações por tipo de infração nos processos investigados pela SPS

Infração	Normativo	Ano de Conclusão do Inquérito na SPS	
		2008	2009
Uso de Informação Privilegiada	Lei 6.404/76 (art. 155)	3	22
Operação Fraudulenta	ICVM 08/79	12	18
Condições artificiais de oferta, demanda ou preço no mercado	ICVM 08/79	5	0
Descumprimento do dever de diligência do administrador de companhia aberta	Lei 6.404/76 (art. 153)	3	5
Atuação de administrador de companhia aberta em conflito de interesses	Lei 6.404/76 (art. 156)	0	1
Descumprimento dos deveres por administradores de carteiras	ICVM 306/99 e 356/01	5	1
Falha na (ou falta de) fato relevante	ICVM 358/02	3	7
Distribuição irregular de valores mobiliários	Lei 6.385/76	0	5

Fonte: CVM

Quanto aos processos sancionadores concluídos diretamente pelas Superintendências por meio de Termo de Acusação, eles estiveram concentrados na SEP, área que supervisiona as empresas. Por isso, as infrações verificadas envolveram, principalmente, questões relacionadas ao cumprimento, por administradores e acionistas controladores, de seus deveres legais quanto à divulgação de informação relevante, à elaboração de demonstrações financeiras e à aprovação das condições relativas a aumentos de capital, bem como negociações com ações da companhia realizadas em período em que são proibidas ou sem a devida divulgação, ao mercado, de alteração em participação acionária relevante.

Por fim, o ano de 2009 registrou o maior número de termos de compromisso aprovados pela CVM em um único exercício. Foram 71 termos aprovados, contra 59 em 2008, um aumento de cerca de 27%, somando aproximadamente R\$ 47 milhões. O número de propostas apresentadas à CVM também foi o maior verificado, chegando a 122, contra 98 no ano anterior, um crescimento de 20%. Foram, ainda, rejeitadas 49 propostas que não apresentaram, no entender da CVM, as condições necessárias à sua aceitação.

Termos de compromisso – propostas aprovadas

	2008	2009
Quantidade	59	71
Valor total (R\$ mil)	11.128	47.299

Fonte: CVM

Presença Internacional

Cooperação Internacional

A CVM tornou-se em 2009 signatária plena do Anexo A do Memorando Multilateral de Entendimento da IOSCO (MMoU). A adesão amplia a capacidade da CVM de fornecer e receber ajuda de reguladores de outros países nas investigações que envolvam participantes estrangeiros ou que atuem em mais de uma jurisdição. O Anexo A possuía 64 signatários ao final de 2009, sendo apenas dois deles da América Latina: Brasil e México.

A CVM assinou ainda Memorando de Entendimento Bilateral com a Autoridade Monetária das Ilhas Cayman, chegando ao final do ano com 29 memorandos bilaterais firmados com reguladores estrangeiros.

Quanto à atividade de cooperação internacional em investigações, durante 2009, foram recebidas 28 demandas de órgãos reguladores e feitas outras 15 demandas pela CVM. Entre os países com os quais ocorreu intercâmbio de informações estavam: EUA, Bahamas, México, Chile, Luxemburgo, Panamá, Peru, Itália, Argentina, Colômbia, Venezuela, Omã, Egito, China, Índia, Ucrânia e Austrália.

Demandas internacionais recebidas e realizadas pela CVM em 2009

Demandas	Realizadas	Atendidas
Total de Demandas	43	37
Demandas feitas pela CVM	15	13
Demandas recebidas pela CVM	28	24

Fonte: CVM

Participação na IOSCO

Em 2009, a CVM participou ativamente da Força Tarefa de Implementação dos Princípios de Regulação (ITF) do Comitê Executivo da IOSCO, que teve como mandato a revisão dos princípios, particularmente em relação ao papel dos reguladores de mercado no controle do risco sistêmico. Adicionalmente, a CVM contribuiu efetivamente nas discussões havidas no sentido de adoção de nova direção estratégica para a Organização.

No Comitê de Mercados Emergentes, a atuação da CVM se deu, mormente, na elaboração e nas respostas aos questionários das Forças Tarefas de Securitização e de Derivativos de Balcão. Cabe ainda mencionar a contribuição efetiva da CVM nos questionários desenvolvidos para identificar os impactos e as respostas dos países emergentes à crise financeira internacional.

Também, a CVM passou a integrar o Comitê Técnico da IOSCO, o qual era constituído até então por 15 reguladores de alguns dos maiores e mais desenvolvidos mercados. O Comitê Técnico é o órgão da IOSCO onde são definidos os padrões e recomendações relacionados à regulação de valores mobiliários dos mercados de capitais.

No âmbito dos Comitês Permanentes da IOSCO, a CVM participou do Comitê Permanente nº 1, sobre contabilidade, auditoria e divulgação de informações. Este Comitê acompanha o desenvolvimento de projetos de aperfeiçoamento das normas internacionais de contabilidade (IFRS), elaborando cartas com recomendações, sugestões e comentários dirigidas ao IASB. Em termos de auditoria, realiza trabalho similar, acompanhando o desenvolvimento das normas de independência, do código de ética e das normas internacionais de auditoria. Quanto ao *disclosure*, pode-se destacar a conclusão de dois projetos: Princípios de Divulgação Periódica para Companhias Registradas e Princípios de Divulgação de Informações em Ofertas Públicas de *Asset-Backed Securities* (valores mobiliários lastreados em recebíveis).

Da mesma forma, um outro Comitê Permanente, o *Standing Committee 2 (SC2)*, fórum de debate dos mercados secundários, contou com a presença da CVM nas discussões relevantes para o desenvolvimento do mercado secundário. Foram destaques o tema do acesso eletrônico ao mercado (DEA), o grau de informação pós-negociação para produtos estruturados, a terceirização de atividades em mercados secundários organizados e os sistemas de negociação com baixo grau de transparência (*dark pools*).

A CVM esteve presente, também, em grupos de trabalho e forças-tarefa, como a *Task Force on Unregulated Entities*, criada com o objetivo de discutir princípios aplicáveis a participantes até então não regulados e cujo trabalho foi focado nos *hedge funds* e seus gestores. O grupo apresentou seu relatório final em junho de 2009, destacando seis princípios entendidos como os mais relevantes a serem observados na regulação dos *hedge funds* e seus gestores.

Ainda quanto à IOSCO, a autarquia participou do Grupo de Trabalho para Revisão das Recomendações para Contrapartes Centrais (CPSS-IOSCO WG on RCCPs), estabelecido em conjunto pelo Comitê de Sistemas de Liquidação e de Pagamentos (CPSS) e pela IOSCO. A revisão tem por objetivo dar uma maior consistência na interpretação e aplicação dessas recomendações às operações com derivativos de balcão.

Participação em Outros Organismos e Fóruns Internacionais

Além da participação nos Comitês da IOSCO, a CVM atuou de forma ativa, durante o ano de 2009, em diversos organismos e fóruns internacionais.

- A CVM passou a participar como observadora do *Steering Committee on Corporate Governance* da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).
- A Autarquia é membro do Fórum Internacional de Reguladores de Auditores Independentes (IFIAR), que durante o ano promoveu o intercâmbio de práticas em regulação e supervisão de auditores e proporcionou diálogos com as seis maiores empresas de auditoria com atuação global à luz da crise financeira internacional.
- No Conselho de Reguladores de Valores das Américas (COSRA – que funciona como Comitê Regional Interamericano da IOSCO), a CVM contribuiu, entre outras, para uma análise sobre a autorregulação nas Américas.
- No Instituto Ibero-Americano do Mercado de Valores (IIMV), que promove a troca de informações técnicas entre países da Península Ibérica e da América Latina, a CVM passou a participar de grupos de trabalho, destacando-se o grupo que acompanha os projetos de desenvolvimento e aperfeiçoamento das normas internacionais de contabilidade e o grupo sobre o monitoramento da divulgação de demonstrações financeiras. Representantes da autarquia participaram também como expositores em cursos, bem como estiveram presentes no Fórum sobre Modelos de Supervisão e em reunião sobre fiscalização de mercados.
- No âmbito do MERCOSUL, a CVM participou de todas as discussões que envolveram as negociações de serviços, mais precisamente as negociações dos serviços do mercado de capitais. Igualmente, a CVM acompanhou as negociações de serviços no âmbito da OMC.

- A CVM iniciou, ainda, diálogos regulatórios semestrais com a Comissão Europeia, com o objetivo de intercambiar informações no âmbito da regulação financeira. Nos últimos diálogos, os temas principais foram regulação de auditores independentes, derivativos de balcão e agências classificadoras de risco.
- No Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento ao Terrorismo (GAFI/FATF), iniciativa dos países-membros da OCDE e de outros a este Grupo associados, a CVM seguiu participando ativamente em três grupos de trabalho desse organismo, a saber (i) Tipologias, (ii) Terrorismo e Lavagem de Dinheiro, e (iii) Cooperação Internacional. Ressalta-se que o grupo de tipologias organizou um projeto denominado “Vulnerabilidades no Setor de Valores Mobiliários”, com participação ativa da CVM, cujo relatório final foi disponibilizado no segundo semestre de 2009. Paralelamente, a CVM integrou um grupo de trabalho coordenado pelo COAF, o qual adotou diversas ações com vistas a preparar o Brasil para a avaliação do País face às Recomendações daquele Organismo, cujo processo teve início em agosto de 2009, com término previsto para junho de 2010. Da mesma forma, a Autarquia atuou no Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo na América do Sul (GAFISUD), organismo multilateral regional criado nos moldes do GAFI/FATF.
- Finalmente, com a admissão do Brasil como membro pleno do *Financial Stability Board* (FSB), a CVM passou a ocupar um assento naquele conselho. A relevância do FSB no papel de coordenação dos esforços internacionais de reforma do sistema financeiro e de prevenção de novas crises cresceu intensamente a partir da crise financeira internacional, que teve início em 2008.

Proteção e Orientação ao Investidor

Atendimento ao Público

No âmbito do PRODIN - Programa de Orientação e Defesa do Investidor, em 2009 foram realizados 126.374 atendimentos, incluindo as cartilhas distribuídas. Este resultado representou 97,31% da previsão de demandas para o ano, estimadas em 130 mil.

Os atendimentos às demandas dos investidores foram feitos por vários canais de comunicação (internet, correspondência, canais telefônicos, atendimento pessoal nos Centros de Consulta e nas gerências de orientação aos investidores do Rio de Janeiro e de São Paulo).

A tabela a seguir mostra os atendimentos realizados e cartilhas distribuídas em 2009 em comparação com 2008.

Atendimentos

Formas de atendimento	2008	2009
Pessoal	2.597	1.744
Telefônico	8.821	8.316
Central 0800	20.988	17.995
E-Mail	12.437	19.458
Processos	1.336	1.143
Outros*	50	23
Subtotal	46.229	48.679
Cartilhas	57.714	77.695
Total	103.943	126.374

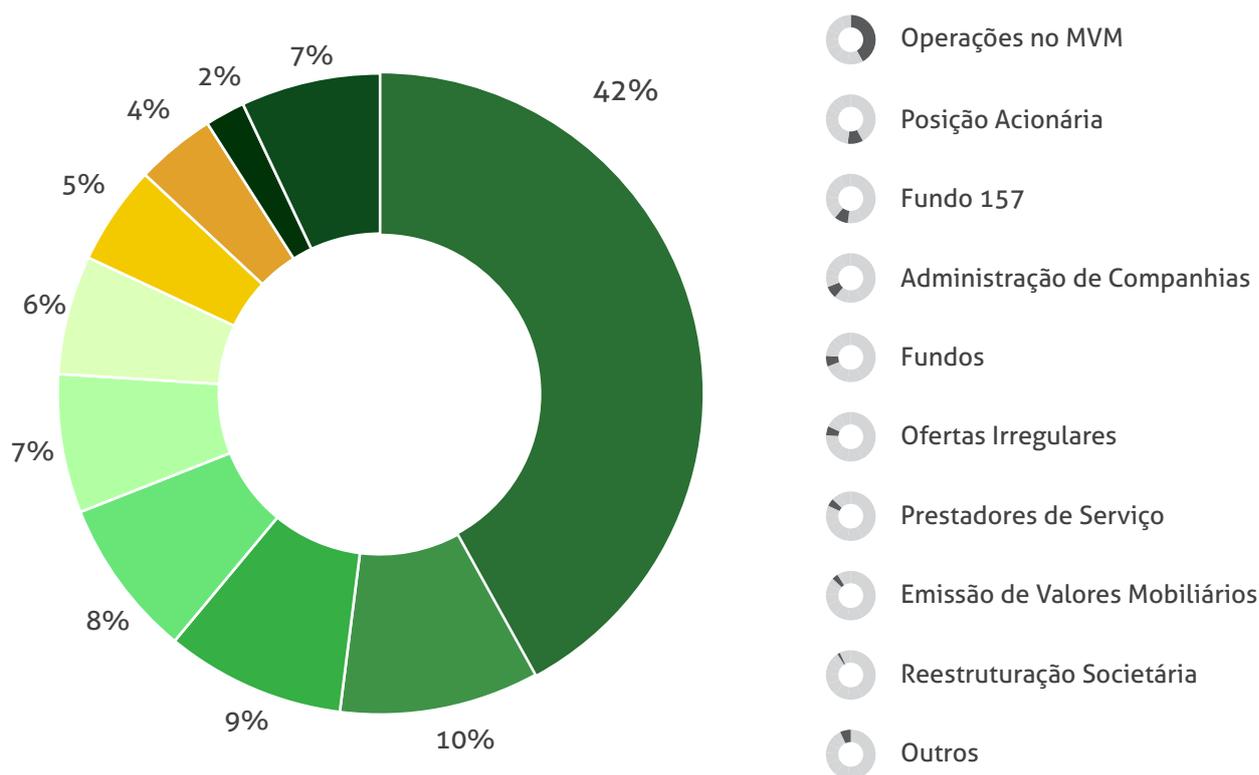
Fonte: CVM

* Demandas relativas a Fundo 157 para as quais não foi aberto processo

As mensagens eletrônicas recebidas pelo Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC) e pelo Portal do Investidor (www.portaldoinvestidor.gov.br) foram atendidas, em regra, em até cinco dias úteis. No que concerne às manifestações que exigiram o aprofundamento da análise ou a realização de diligências para melhor averiguação dos fatos, foram abertos processos administrativos, no total de 1.143 processos, sendo 764 decorrentes de mensagens eletrônicas e 379 de demandas encaminhadas por outros canais de comunicação.

O gráfico abaixo apresenta os principais assuntos tratados em 2009, entre os que determinaram a abertura de processos administrativos de consulta ou reclamação.

Assuntos que determinaram a abertura de processos administrativos



Fonte: CVM

Ainda em 2009, o PRODIN iniciou uma linha de publicações, denominada "Série Alertas", cujo primeiro exemplar tratou do mercado FOREX. Inicialmente, este material foi disponibilizado em versão eletrônica e, ao final do ano, impresso e distribuído nos eventos educacionais da CVM.

Estratégia Nacional de Educação Financeira

Em continuidade ao projeto lançado em 2007 pelo Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (COREMEC), o grupo de trabalho constituído por representantes dos quatro órgãos do Comitê, sob a coordenação da CVM, concluiu, em 2009, a redação de uma proposta de Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), que foi aprovada, como proposta, pelo COREMEC para ser encaminhada aos demais níveis de governo e a entidades do mercado.

Criou-se um grupo de trabalho, desta vez sob a coordenação da SUSEP, para tomar as primeiras providências para a implantação do projeto, promovendo sua formalização em política pública federal. Esse grupo também está conduzindo contatos com potenciais parceiros privados da futura ENEF. Entre as iniciativas previstas da Estratégia, destaca-se o programa Educação Financeira nas Escolas.

Para desenvolver esse programa, que ficou sob a coordenação da CVM, formou-se um grupo de apoio pedagógico, composto por instituições do setor educacional e financeiro, privadas e públicas. Esse grupo pedagógico aprovou um plano de ações e produziu o documento "Orientações para Educação Financeira nas Escolas", com diretrizes para a educação financeira e sua abordagem em sala de aula e sua interação com outras áreas do conhecimento no âmbito do Ensino Básico.

Durante 2009, foi decidido que não seria interrompido o processo de implantação nas escolas, apesar de não estar ainda constituído o órgão que implantará a ENEF. Elegeu-se o Ensino Médio como o primeiro nível a trabalhar com o conteúdo de educação financeira dentro desse programa. Com o apoio de diversas entidades do setor privado que integram o grupo de trabalho, foi mantida a equipe de educadores e outros profissionais que ajudaram a organizar as orientações para a Educação Financeira nas Escolas e a produção do material didático, a fim de que o projeto pudesse ser posto em prática em 2010.

O projeto Educação Financeira nas Escolas, que já tem adesão de escolas do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Tocantins, além do Distrito Federal, está sendo desenvolvido, ainda, de forma que se possa avaliar o seu impacto nos alunos e junto a suas famílias.

A CVM apresentou a experiência brasileira de redação de uma estratégia nacional de educação financeira na 3ª Conferência da Rede Internacional de Educação Financeira, realizada em 15 e 16 de dezembro de 2009, no Rio de Janeiro. A conferência foi organizada e sediada pela CVM e realizada em parceria com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), reunindo mais de 40 países.

Comitê Consultivo de Educação

No âmbito das atividades do Comitê merece destaque a realização do Prêmio Imprensa, que tem por objetivo reconhecer e distinguir matérias e reportagens com conteúdo educacional que melhor desempenhem a função de orientar os investidores. Em 2009, a 4ª edição do Prêmio registrou um aumento de quase 20% no número de trabalhos inscritos, em relação a 2008.

Cabe citar ainda a realização de duas edições do Programa TOP, para a atualização de docentes sobre temas do mercado de capitais, que contaram com a participação de aproximadamente 100 professores de diferentes universidades do Brasil.

Foram também realizadas duas versões do curso de Direito Societário e Mercado de Capitais para juízes, em parceria com o Tribunal Regional Federal da 4ª Região: uma em Porto Alegre, para os magistrados do Rio Grande do Sul, e outra em Curitiba e Florianópolis, abrangendo os Estados do Paraná e de Santa Catarina, totalizando mais de 50 magistrados, além de membros do Ministério Público Federal.

Em São Paulo, no âmbito de convênio mantido com o Ministério Público Federal e em conjunto com o Núcleo de Eventos da Procuradoria da República no Estado de São Paulo, foi realizado curso de mercado de capitais, que contou com a participação de aproximadamente 60 membros do Ministério Público.

Dados Financeiros

- Balanço Financeiro
- Balanço Patrimonial
- Balanço Orçamentário

TÍTULOS	2009	2008
RECEITAS CORRENTES	186.039.237,77	185.152.852,02
RECEITA TRIBUTÁRIA	162.908.444,91	165.731.913,29
RECEITA PATRIMONIAL	358.051,20	397.058,08
RECEITA DE SERVIÇOS	28.789,10	41.401,55
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	22.743.952,56	18.982.479,10
DEDUÇÕES DA RECEITA	-301.617,81	-508.549,96
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	140.251.353,97	118.879.224,23
TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS	123.056.274,67	117.913.997,83
REPASSE RECEBIDO	119.164.964,67	112.591.053,65
SUB-REPASSE RECEBIDO	3.891.310,00	2.511.145,00
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	3.891.310,00	2.511.145,00
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	0,00	2.811.799,18
TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	17.195.079,30	965.226,40
TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	17.195.079,30	965.226,40
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	58.579.515,09	39.667.335,80
VALORES EM CIRCULAÇÃO	17.120.827,20	18.251.565,41
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	17.106.872,33	18.234.449,58
CREDITOS TRIBUTÁRIOS	12.621,35	17.115,83
CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	1.333,52	0,00
OUTROS CRÉDITOS	1.333,52	0,00
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.985.361,51	2.860.124,62
VALORES DIFERIDOS	1.984.841,88	2.859.604,99
OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	519,63	519,63
DEPÓSITOS	565.141,66	261.064,90
CONSIGNAÇÕES	555.148,45	239.724,05
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	9.993,21	10.283,49
RECURSOS DO TESOIRO NACIONAL	0,00	11.057,36
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	19.242.772,00	16.284.729,19
FORNECEDORES	1.325.928,06	1.069.244,39
DO EXERCÍCIO	1.254.057,68	520.222,06
DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	71.870,38	549.022,33
RESTOS A PAGAR	17.883.201,20	15.161.674,55
NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	14.671.511,85	11.949.020,83
CANCELADO	3.211.689,35	3.212.653,72
VALORES EM TRÂNSITO	16.366,13	41.166,06
OUTROS DÉBITOS	17.276,61	12.644,19
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	198.656,06	437.545,81
RESTITUIÇÃO DE RECEITAS FEDERAIS	198.656,06	437.545,81
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	19.466.756,66	1.572.305,87
INCORPORAÇÃO DE DIREITOS	16.547.218,01	1.563.633,15
CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	16.547.218,01	1.563.633,15
DESINCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	59.933,66	8.672,72
EXERCÍCIOS ANTERIORES	59.933,66	8.672,72
AJUSTES DE CRÉDITOS	2.859.604,99	0,00
AJUSTES FINANCEIROS A CRÉDITO	2.859.604,99	0,00
DISPONIBILIDADE DO PERÍODO ANTERIOR	1.808.810,80	1.602.119,08
CONTA ÚNICA DO TESOIRO NACIONAL	1.808.810,80	1.602.119,08
INGRESSOS	386.377.299,82	344.792.981,17

TÍTULOS	2009	2008
DESPESAS CORRENTES	136.510.893,56	114.885.535,74
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	90.008.874,53	77.206.155,62
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	111.968,65	130.090,97
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	31.863.129,93	25.755.022,10
TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	3.891.310,00	3.786.030,30
OUTRAS DESPESAS	27.971.819,93	21.968.991,80
DESPESA ENTRE ORGÃOS DO ORÇAMENTO	14.526.920,47	11.794.267,05
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.396.893,63	11.249.722,01
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.130.026,84	544.545,04
DESPESAS DE CAPITAL	1.721.259,25	2.410.159,14
INVESTIMENTOS	1.218.753,94	1.337.252,76
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	502.505,31	1.072.906,38
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	208.400.214,95	190.451.309,00
TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS	5.901.015,88	5.370.749,99
REPASSE CONCEDIDO	24.864,00	0,00
SUB-REPASSE CONCEDIDO	3.891.310,00	2.511.145,00
SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERCÍCIO	3.891.310,00	2.511.145,00
VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	1.984.841,88	2.859.604,99
TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	202.499.199,07	185.080.559,01
TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	202.499.199,07	185.080.559,01
DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	37.752.142,72	35.237.166,49
VALORES EM CIRCULAÇÃO	19.647.922,51	17.120.827,20
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	19.637.745,68	17.106.872,33
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	8.843,31	12.621,35
CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	1.333,52	1.333,52
OUTROS CRÉDITOS	1.333,52	1.333,52
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	2.860.124,62	2.812.318,81
VALORES DIFERIDOS	2.859.604,99	2.811.799,18
OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	519,63	519,63
DEPÓSITOS	261.064,90	285.623,27
CONSIGNAÇÕES	239.724,05	239.172,19
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	10.283,49	9.993,21
RECURSOS DO TESOIRO NACIONAL	11.057,36	36.457,87
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	13.072.075,47	14.506.762,27
FORNECEDORES	1.069.244,39	2.243.770,54
DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.069.244,39	2.243.770,54
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	0,00	151.591,54
RP'S NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO	11.949.020,83	12.093.094,39
VALORES EM TRÂNSITO	41.166,06	5.272,79
OUTROS DÉBITOS	12.644,19	6.657,60
OUTRAS OBRIGAÇÕES	0,00	6.375,41
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	1.910.955,22	511.634,94
BAIXA DE DIREITOS	1.563.633,15	23.007,15
CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	1.563.633,15	23.007,15
INCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	347.322,07	488.627,79
OUTRAS INCORPORAÇÕES DE OBRIGAÇÕES	347.322,07	488.627,79
DISPONIBILIDADE PARA O PERÍODO SEGUINTE	1.992.789,32	1.808.810,80
CONTA ÚNICA DO TESOIRO NACIONAL	1.992.789,32	1.808.810,80
DISPÊNDIOS	386.377.299,82	344.792.981,17

TÍTULOS	2009	2008
ATIVO FINANCEIRO	21.640.711,83	18.929.638,00
DISPONÍVEL	1.992.789,32	1.808.810,80
DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL	1.992.789,32	1.808.810,80
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	19.647.922,51	17.120.827,20
CRÉDITOS A RECEBER	10.176,83	13.954,87
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	3.090.527,67	15.543.239,18
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	16.547.218,01	1.563.633,15
ATIVO NÃO FINANCEIRO	177.432.766,41	485.482.844,74
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	-15.204.192,86	184.152,06
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	-15.581.857,42	-60.440,58
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFICADORA	-16.547.218,01	-1.563.633,15
CRÉDITOS ADMINISTRATIVOS	9.639,99	0,00
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	955.720,60	1.503.192,57
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	377.664,56	244.592,64
ESTOQUES	377.664,56	244.592,64
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	11.865.137,27	3.029.123,20
DESPESAS ANTECIPADAS	0,00	14.487,50
CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA	11.865.137,27	3.014.635,70
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	156.845.923,29	457.334.381,78
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	156.845.923,29	457.334.381,78
CRÉDITOS DA UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS	156.491.011,21	457.271.240,42
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	349.323,93	57.553,21
CRÉDITOS A RECEBER	5.588,15	5.588,15
PERMANENTE	23.925.898,71	24.935.187,70
IMOBILIZADO	23.925.898,71	24.935.187,70
BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	23.925.898,70	24.935.187,69
TÍTULOS E VALORES	0,01	0,01
ATIVO REAL	199.073.478,24	504.412.482,74
ATIVO COMPENSADO	50.972.672,17	45.044.663,81
COMPENSAÇÕES ATIVAS DIVERSAS	50.972.672,17	45.044.663,81
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TÍTULOS E B	18.949,74	13.807,74
DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	47.100.768,30	41.509.282,93
OUTRAS COMPENSAÇÕES	3.852.954,13	3.521.573,14
ATIVO	250.046.150,41	549.457.146,55

Ativo

TÍTULOS	2009	2008
PASSIVO FINANCEIRO	18.581.585,82	16.193.264,99
DEPÓSITOS	565.141,66	261.064,90
CONSIGNAÇÕES	555.148,45	239.724,05
RECURSOS DO TESOUREO NACIONAL	0,00	11.057,36
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	9.993,21	10.283,49
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	16.031.082,65	13.072.075,47
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.343.204,67	1.081.888,58
FORNECEDORES - DO EXERCÍCIO	1.254.057,68	520.222,06
FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	71.870,38	549.022,33
DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	17.276,61	12.644,19
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	14.671.511,85	11.949.020,83
A LIQUIDAR	14.671.511,85	11.949.020,83
VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	16.366,13	41.166,06
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.985.361,51	2.860.124,62
VALORES DIFERIDOS	1.984.841,88	2.859.604,99
OUTROS VALORES PENDENTES	519,63	519,63
PASSIVO NÃO FINANCEIRO	-11.735.776,34	-7.476.221,64
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	-14.122.597,54	-10.351.774,45
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	397.803,53	1.446.135,60
EXTERNAS	397.803,53	1.446.135,60
PRECATÓRIOS A PAGAR (ANTERIORES 05/05/2000)	151.110,78	151.110,78
RETIFICAÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS A LIQUID	-14.671.511,85	-11.949.020,83
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	2.386.821,20	2.875.552,81
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	2.386.821,20	2.875.552,81
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - EXTERNA	2.386.821,20	2.875.552,81
PASSIVO REAL	6.845.809,48	8.717.043,35
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	192.227.668,76	495.695.439,39
PATRIMÔNIO/CAPITAL	192.227.668,76	495.695.439,39
PATRIMÔNIO	192.227.668,76	495.695.439,39
RESULTADO DO PERÍODO	0,00	0,00
SITUAÇÃO PATRIMONIAL ATIVA	199.073.478,24	504.412.482,74
SITUAÇÃO PATRIMONIAL PASSIVA	-199.073.478,24	-504.412.482,74
PASSIVO COMPENSADO	50.972.672,17	45.044.663,81
COMPENSAÇÕES PASSIVAS DIVERSAS	50.972.672,17	45.044.663,81
VALORES, TÍTULOS E BENS SOB RESPONSABILIDADE	18.949,74	13.807,74
DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATADAS	47.100.768,30	41.509.282,93
COMPENSAÇÕES DIVERSAS	3.852.954,13	3.521.573,14
PASSIVO	250.046.150,41	549.457.146,55

Passivo

TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZAÇÃO	EXCESSO OU INSUFICIÊNCIA DE ARRECADAÇÃO
RECEITAS CORRENTES	201.876.700,00	201.876.700,00	185.737.619,96	16.139.080,04
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	194.579.727,00	194.579.727,00	162.716.382,95	31.863.344,05
RECEITAS PATRIMONIAIS	284.687,00	284.687,00	357.920,20	-73.233,20
RECEITAS DE SERVIÇOS	55.983,00	55.983,00	28.789,10	27.193,90
TRANSFERÊNCIAS	845.852,00	845.852,00	0,00	845.852,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	6.110.451,00	6.110.451,00	22.634.527,71	-16.524.076,71
SUBTOTAL I	201.876.700,00	201.876.700,00	185.737.619,96	16.139.080,04
MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA				
REPASSE	226.304.952,00	226.260.088,00	117.155.258,79	109.124.829,21
SUBTOTAL II	226.304.952,00	226.260.088,00	117.155.258,79	109.124.829,21
RECEITA TESOUREO DESCENTRALIZADO	-201.529.473,00	-201.529.473,00	-185.304.119,77	-16.225.353,23
TOTAL	226.652.179,00	226.627.315,00	117.588.758,98	109.038.556,02
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	20.643.393,85	-20.643.393,85
TOTAL GERAL	226.652.179,00	226.627.315,00	138.232.152,83	88.395.162,17

TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EXECUÇÃO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUÇÃO DE DESPESA
CRÉDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	201.876.700,00	226.645.939,00	138.232.152,83	88.413.786,17
DESPESAS CORRENTES	120.084.390,00	144.853.629,00	136.510.893,58	8.342.735,42
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	82.371.156,00	104.871.156,00	103.405.768,16	1.465.387,84
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	387.300,00	387.300,00	111.968,65	275.331,35
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	37.325.934,00	39.595.173,00	32.993.156,77	6.602.016,23
DESPESAS DE CAPITAL	81.792.310,00	81.792.310,00	1.721.259,25	80.071.050,75
INVESTIMENTOS	1.866.370,00	1.866.370,00	1.218.753,94	647.616,06
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.058.148,00	1.058.148,00	502.505,31	555.642,69
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	78.867.792,00	78.867.792,00	0,00	78.867.792,00
CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	6.240,00	0,00	6.240,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	6.240,00	0,00	6.240,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	6.240,00	0,00	6.240,00
SUBTOTAL I	201.876.700,00	226.652.179,00	138.232.152,83	88.420.026,17
MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITO				
CRÉDITO INICIAL / SUPLEMENTAR	0,00	-24.864,00	0,00	-24.864,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	-24.864,00	0,00	-24.864,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	-24.864,00	0,00	-24.864,00
SUBTOTAL II	0,00	-24.864,00	0,00	-24.864,00
TOTAL	201.876.700,00	226.627.315,00	138.232.152,83	88.395.162,17
SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	201.876.700,00	226.627.315,00	138.232.152,83	88.395.162,17



Relatório Anual 2009
www.cvm.gov.br